

Contributo para uma obra-prima da literatura europeia <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>Toda a informação em <http://economia.publico.pt>

| Acções          |        |
|-----------------|--------|
| ▼ Psi20         | -0,3%  |
| ▲ Euro Stoxx 50 | +1,2%  |
| ▲ Dow Jones     | +0,84% |

Varição dos índices face à sessão anterior

| Divisas      |        |
|--------------|--------|
| ▲ Euro/Dólar | 1,3788 |
| ▲ Euro/libra | 0,857  |
| ▼ Euro/jene  | 107,2  |

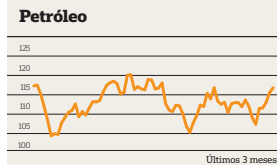
Valor do dólar, libra e iene por euro

| Taxas de Juro     |       |
|-------------------|-------|
| ▼ Euribor 3 meses | 1,474 |
| ▼ Euribor 6 meses | 1,692 |



| Mercadorias |         |
|-------------|---------|
| ▲ Petróleo  | 116,33  |
| ▲ Ouro      | 1801,56 |

Preço do barril de petróleo e da onça de ouro em dólares



| Mais Transaccionadas |          | Volume   |
|----------------------|----------|----------|
| B. Com. Português    | 90955214 |          |
| EDP                  | 6097039  |          |
| B. Espírito Santo    | 1977324  |          |
| Portugal Telecom     | 1427285  |          |
| Banco BPI SA         | 1296532  |          |
| Melhores             |          | Varição% |
| ALTRI SGPS SA        | 3,42     |          |
| GALP ENERGIA         | 2,32     |          |
| BANIF-SGSPS          | 1,07     |          |
| REN                  | 0,63     |          |
| SEMAPA               | 0,49     |          |
| Piores               |          | Varição% |
| EDP                  | -2,68    |          |
| BANCO BPI SA         | -2,6     |          |
| PORTUGAL TELECOM     | -1,37    |          |
| ZON MULTIMEDIA       | -1,33    |          |
| BCOM.PORTUGUES       | -0,83    |          |



## Inquérito do Banco de Portugal revela que maioria não sabe o que é o spread

Rosa Soares

A grande maioria dos bancários tem acesso a contas e a outros produtos financeiros, mas compara pouco os custos ou taxas de juro que são cobrados

● O conhecimento que os portugueses têm da diversidade de produtos bancários que lhes são oferecidos e das condições propostas deixa ainda muito a desejar. O Inquérito à Literacia Financeira, ontem divulgado pelo Banco de Portugal, evidencia várias lacunas, como é o caso de 61% dos 2000 inquiridos não saberem o que é o *spread* - a margem comercial do banco, que é somada a uma taxa de referência, habitualmente a Euribor, e que é definido em função de vários factores, como o risco do cliente.

No crédito à habitação, que é um produto detido por 26% dos inquiridos, há vários sinais de iliteracia ou falta de conhecimento das matérias financeiras. Por exemplo, 41% dos inquiridos admitiram não saber qual é o *spread* do seu empréstimo e apenas 39% disse conhecer esse valor. Em relação aos inquiridos com emprés-

timo à habitação com taxa fixa também há sinais preocupantes, como o de 19% dos inquiridos ter afirmado que a prestação varia periodicamente (quando é fixa) e 3% ter referido "não saber".

O Inquérito à Literacia Financeira, que se realiza desde 2008 e que deve servir para melhorar as práticas e definir acções de formação, revelou que 41% dos inquiridos escolhe o crédito à habitação pela prestação mensal e apenas 4% pela TAE - Taxa Anual Efectiva (que reflecte todos os custos associados ao empréstimo). Este desconhecimento é grave porque a um empréstimo com uma TAE mais alta pode corresponder uma prestação mais baixa, se o número de anos do contrato for maior.

Na escolha do banco, pesa essencialmente a recomendação familiar ou amigo (35%), a proximidade de casa ou do local de trabalho (23%). As questões de custo ou remuneração de aplicações da conta foram apontadas por apenas por 9% dos inquiridos.

Na subscrição de produtos bancários, os portugueses praticamente não fazem comparação entre bancos, com 54% dos inquiridos a alegar como factor de escolha o conselho obtido ao balcão onde têm conta e

### Hábitos de poupança



89%

É a percentagem dos inquiridos que considera "importante" ou "muito importante" planear o orçamento familiar.

52%

São os inquiridos que fazem poupança, dos quais 56% com regularidade e 44% de forma irregular (subsídio de férias e Natal).

48%

É o universo dos que afirmam não fazer poupança, dos quais 88% alegam falta de rendimentos e 7% referem não a considerarem uma prioridade.

25% por indicação de familiares e amigos.

Nas aplicações financeiras, a comparação de taxas não é feita por 56% dos entrevistados. Nos empréstimos, a percentagem dos que não fazem comparação desce para 40%.

O planeamento de despesas e poupança revela também uma discrepância entre a teoria e a prática: 51% dos inquiridos considera o planeamento das despesas "muito importante" e 38% "importante". A poupança efectiva regular é feita por 52% dos inquiridos, mas 54% deixam a poupança na conta à ordem para gastar mais tarde. Entre as razões para poupar, 58% alegam a necessidade de fazer face a despesas imprevistas, 8% para adquirir bens duradouros e também 8% para a educação dos filhos e 6% para a utilização na reforma.

Na análise de acesso aos serviços financeiros, ainda há 11% de inquiridos sem uma conta bancária, mas se forem considerados apenas os inquiridos com mais de 18 anos, a percentagem desce para 9%. Do total, 71% afirmaram desconhecer a existência de Serviços Mínimos Bancários, que asseguram o acesso a uma conta bancária e a cartão de débito com custos que não podem superar 1% do salário mínimo.

## Câmara de Pinhel perde acção em que pedia um milhão de euros à Rohde

Sara Dias Oliveira

● O Tribunal de Santa Maria da Feira absolveu a administração da Rohde de pagar cerca de um milhão de euros relativamente ao processo que envolveu a venda da fábrica de Pinhel. A câmara local acusava a multinacional alemã de calçado de não lhe ter pedido prévia autorização, conforme estipulado no contrato, para a venda das instalações que deixaram de laboral em 2006.

No contrato de compra e venda de terrenos para a companhia, assinado pelas partes em Novembro de 1990, ficou estipulado que a laboração da fábrica deveria manter-se pelo período mínimo de 15 anos. A multinacional ficava obrigada a criar 400 postos de trabalho e a pedir autorização à autarquia em caso de alienação do terreno ou das instalações.

A instância judicial entendeu que a Rohde não desrespeitou o contrato, uma vez que manteve a produção durante mais de 15 anos e, por isso, não estava obrigada a indemnizar a câmara. Para o tribunal, se a câmara considerou que o seu investimento seria "suficientemente compensado" pela laboração da fábrica durante 15 anos, a autorização da venda só faria sentido durante esse período.

A Rohde vendeu a fábrica no início de 2007, dando a opção de compra ao município de Pinhel, que não apresentou qualquer proposta. O negócio acabou por dar entrada na justiça, com a Câmara de Pinhel a pedir cerca de um milhão de euros relativos à compra do terreno e às obras de terraplenagem e compensação e respectivos juros compensatórios.

Em Novembro de 1990, a Rohde comprou, a 50 escudos o metro quadrado, um terreno de 39.600 metros

quadrados para começar a laborar no sector do calçado, e num prazo máximo de seis meses, em Pinhel. As dificuldades bateram-lhe, entretanto, à porta e, em Fevereiro de 2006, a empresa comunicou à Câmara que iria começar as diligências para fechar a fábrica. A quebra de encomendas, a concorrência da mão-de-obra de vários países asiáticos e a crise internacional foram os argumentos apresentados para o encerramento da unidade.

CARLA CARVALHO TOMÁS



Tribunal concorda que a multinacional cumpriu contrato

## APDC propõe poupança de 11 mil milhões no Estado

● A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) entrega hoje ao Governo um estudo que permitirá à administração pública poupar 11 mil milhões de euros em três anos através da adopção de seis medidas tecnológicas.

Designado "11 mil milhões de razões...", o estudo foi realizado por empresas associadas e será entregue ao secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Carlos Moedas, e revelado no 21.º Congresso da APDC, que decorrerá a 23 e 24 de Novembro, com o tema "Quantificar o Futuro".

O presidente da APDC, Pedro Norton, adiantou à Lusa que o estudo prevê "poupanças potenciais" de 11 mil milhões de euros pela administração pública, mas explicou que não resulta de qualquer diagnóstico ou "levantamento fino e aprofundado" dos gastos do Estado, mas sim de uma estimativa feita "com base nos grandes agregados económicos".

"Sentimos que tínhamos a obrigação de contribuir proactivamente com soluções para o país neste esforço de reajustamento financeiro", justificou Pedro Norton.